

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO nº 22/2013

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento ao ofício nº 138/2013/PJS da Promotoria de Justiça da Comarca de Serro, foi realizada vistoria na Igreja Matriz de Santo Antônio, município de Alvorada de Minas, no dia 22 de abril de 2013 pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais, analista do Ministério Público.

Este laudo técnico tem como objetivo analisar o estado de conservação do imóvel e indicar as medidas necessárias á sua conservação.



Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Alvorada de Minas (indicado por elemento na cor vermelha) no município de Minas Gerais. Fonte: Wikipédia. Acesso em: abril de 2013.

2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foi utilizado o seguinte procedimento técnico: pesquisa histórica junto ao IEPHA, análise do Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio e inspeção “in loco” no bem cultural, objeto deste laudo.

A vistoria foi acompanhada por Ladislau Coimbra de Oliveira, morador local e responsável pela guarda de uma das chaves da Igreja.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

3.1 - Breve histórico do município de Alvorada de Minas¹

Todo o território mineiro foi explorado em busca do ouro, ou ainda, pode-se dizer que todo território que se encontrava ouro acabava sendo incorporado à Capitania de Minas Gerais. E este foi o caso do enorme distrito de Vila do Príncipe, que se localizava na região centro-oeste, “terra braba”, cheia de índios dispostos a lutar em defesa de suas terras.

As mais remotas referências à povoação denominada Santo Antônio do Rio do Peixe, ou simplesmente Rio do Peixe, datam dos primeiros anos do século XVIII, estando ligadas diretamente à atividade mineradora na região do Serro Frio. Vários documentos arquivísticos, manuseados pelo historiador serrano Dário A. F. Silva e mencionados em sua “Memória sobre o Serro antigo”, atestam a antiguidade da colonização do atual município de Alvorada de Minas. Dentre eles, está o livro fiscal denominado “Lançamentos dos Dízimos do Serro Frio (1711-1714)”, encontrado no Arquivo Público Mineiro, no qual consta registro de lançamento datado de 1712, relativo às minas de Rio do Peixe.

Nesse contexto, a ocupação da região em destaque não pode ser precisada, mas a formação do povoado de Santo Antônio do Peixe se deu nas primeiras décadas do século XVIII. Este povoado participou da atividade mineradora atrelado à Comarca do Serro Frio.

Em torno da capelinha coberta de folhas de indaiá desenvolveu-se o povoado primitivo, atraindo moradores e justificando a criação da Capela Curada, sob a invocação de Santo Antônio. Os moradores eminentes de então cuidaram da cessão do patrimônio da Capela, que foi formado a partir de doações.

O primeiro nome da sede foi Santo Antônio do Rio do Peixe, em homenagem ao padroeiro da capela, nas proximidades do mencionado rio.

Em 1836, diante das crises econômicas da região, o antigo povoado foi elevado a distrito e depois, em 1841, elevado a categoria de freguesia, numa fase posterior à intensa produção aurífera. A pobreza a que se viram reduzidos os mineradores, a decadência rápida e o fato de a mineração mostra-se como aventura passageira proporcionou à região o desenvolvimento de novas atividades rentáveis, dentre elas a agricultura e pecuária, esta última mostrando-se mais proeminente que a primeira.

O curato de Santo Antônio do Rio do Peixe foi elevado a freguesia pela Lei nº 209 de 07 de abril de 1841, foi canonicamente instituída em 16 de setembro daquele mesmo ano e teve como primeiro vigário o Pe. Silvério Teixeira Coelho.

Rio do Peixe foi progredindo lentamente e, com a Lei nº 2764 de 30 de dezembro de 1962, foi elevado a rede municipal, desmembrando-se do município do Serro quando recebeu a denominação de Alvorada de Minas. Esta denominação foi sugerida pelos Srs. Antônio de Carvalho, João Crisóstomo de Abreu e o deputado Castro Pires. Alvorada de Minas é uma homenagem ao Palácio da Alvorada em Brasília e ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, natural de Diamantina, cidade que exerce influência em Alvorada de Minas devido à proximidade e também à infra-estrutura da qual Alvorada de Minas se serve.

¹ Fonte: Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio de Alvorada de Minas. 2011.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 02 – Vista parcial da cidade, com a igreja Matriz em destaque à esquerda (1978). Fonte: http://www.ibamendes.com/2011/10/fotos-antigas-de-cidades-de-minas_02.html, acesso em abril/2013.

3.2 – Breve histórico do bem cultural²

A Matriz de Santo Antônio, como a conhecemos hoje, foi construída em 1846 e restaurada em 1857. No arco-cruzeiro se assinalam, ainda, duas datas: 1887 – provavelmente da reforma em que foram realizadas as decorações dos forros da igreja e 1947 – outra reforma em que se cobriu com cal a pintura do forro da nave.

Depois, o que se sabe, é que a partir da década de 1960, a paróquia iniciou um processo de degradação, causando danos na parte estética e parte estrutural. Em 1980 junto à comunidade e à administração municipal foram arrecadados fundos para uma reforma completa na paróquia, que alterou a originalidade de alguns elementos.

De acordo com a Sra. Leda Pinheiro, secretária da Casa Paroquial, e a Sra. Geralda Cunha Abreu, moradora de Alvorada de Minas e ex-funcionária da prefeitura, na época do primeiro mandato do prefeito Hybernon Mota Cardoso (aproximadamente 1983-1986), a igreja passou por uma grande reforma, exatamente nessa época. O telhado e forro foram totalmente reformados, parte do piso da nave principal, em tabuado de madeira, foi trocado por pedra ardósia, algumas partes das alvenarias de pau-a-pique, principalmente debaixo das janelas, foram reconstruídas com tijolo cerâmico e as pinturas internas (diferentes da original) e externa foram refeitas. Ainda segundo a última entrevistada, nessa época, também, o altar foi recuperado.

Sabe-se que, de acordo com as atas das reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Alvorada de Minas, houve a reforma do presbitério e do forro da sacristia, no ano de 2004. Em 2005, uma nova reforma foi feita, e segundo relatos da própria comunidade, a cor de parte da pintura interna foi alterada.

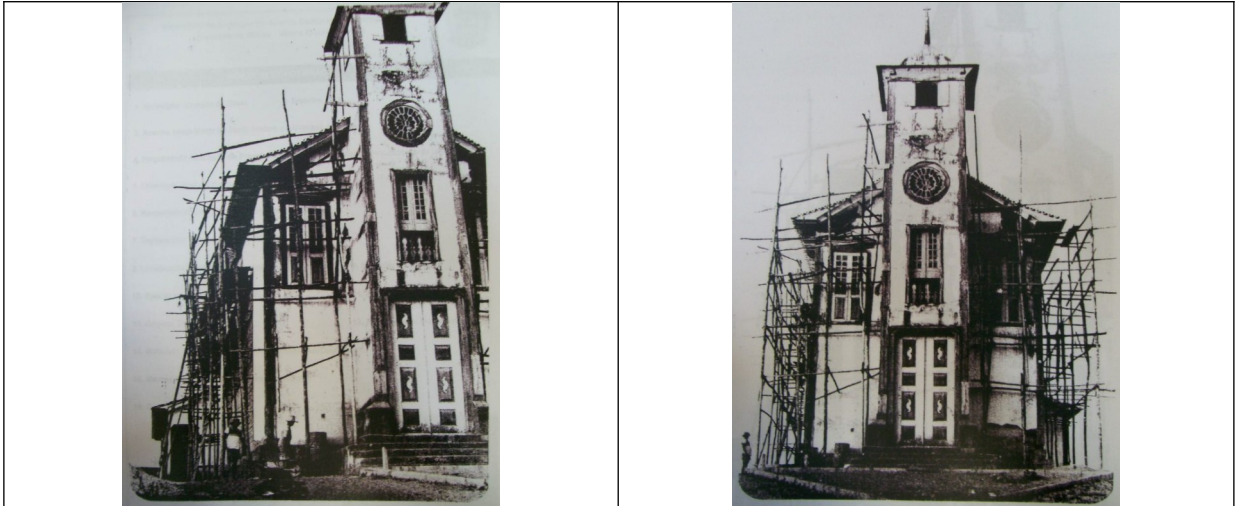
Entre os eventos permanentes que acontecem na Igreja Matriz de Santo Antônio estão a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, as celebrações de Natal, Ano Novo, Semana

² Fonte: Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio de Alvorada de Minas. 2011.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Santa e as missas semanais. A Festa de Santo Antônio, de cunho religioso e pagão, é organizada pela paróquia com o apoio da comunidade de Alvorada de Minas, atraindo fiéis e devotos de toda vizinhança.

A Matriz e seu entorno (praça/adro) são cenário para procissões, festas, missas, trezena (novena de 13 dias) e repicar de sinos na alvorada do dia 13 de junho, dia de Santo Antônio.



Figuras 03 e 04 – Igreja Matriz de Santo Antônio durante a reforma, por volta de 1984.
Fonte: Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio de Alvorada de Minas. 2011.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

A Matriz de Santo Antônio em Alvorada de Minas é uma construção que teve sua origem no século XVIII e está implantada em um terreno em leve declive, na porção mais elevada da cidade. A Rua Padre Paraíso, de acesso à Matriz, tem calçamento em paralelepípedos e alarga-se formando um largo no centro do qual está a edificação.

O entorno da Matriz se caracteriza pela presença de edificações unifamiliares de um pavimento com construção e partido simples. As vias possuem calçamento em pedra e a praça em que está implantada apresenta pavimentação em bloquetes sextavados. No adro da igreja há um cruzeiro localizado à frente da portada principal. Por estar implantada num dos pontos mais altos da cidade, da Igreja se tem um vista das matas e montanhas da região e pode ser avistada a partir de vários pontos da cidade.

O sistema construtivo original é embasamento de pedras, estrutura autônoma de madeira e vedação em adobe e pau-a-pique, apesar de boa parte de suas paredes terem sido substituídas por tijolos cerâmicos.

A Igreja Matriz de Santo Antônio possui partido arquitetônico composto por volumes retangulares que se unem ao retângulo maior, que abriga a nave principal. Nave e capela-mor são separadas pelo arco-cruzeiro. As fachadas são simétricas com pouca ornamentação. A fachada frontal é marcada pela torre sineira única central em posição de avanço em relação à fachada principal, de planta quadrada e cobertura metálica, comum nas edificações religiosas da região.

A porta de acesso principal é antecedida por escadaria e encimada por três janelas superiores, sendo que uma delas está no volume marcado pela torre.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Embora a construção remonte ao período colonial, pode-se observar a adoção de alguns elementos neoclássicos, como óculo central na torre, vedado em caixilho de madeira e fechamento em vidro e as folhas das janelas laterais também com estrutura em madeira e fechamento em vidro, indicando alterações posteriores.

O volume principal (nave e capela-mor) possui cobertura em duas águas e as capelas laterais de uma água, com vedação em telhas tipo capa e bica e terminando em beiral com cachorrada protegidos por guarda-pó de madeira.

Internamente a igreja é constituída por uma nave longa com pé direito alto. Na parte frontal superior há coro, acessado por uma escada lateral de madeira. Na lateral esquerda da nave principal, o púlpito é acessado por escada de madeira de lance único.

O piso da nave principal é revestido de pedra ardósia (40x40), resultado de uma intervenção não apropriada. A capela-mor possui piso em tabuado de madeira e é separada da nave por balaustrada.

O forro da nave principal é de madeira e pintado de branco. Sob o forro foi instalada tela para proteção do espaço interno da igreja, uma vez que o ambiente é facilmente acessado pelos pássaros, intervenção que descaracteriza a edificação. **O forro da capela-mor foi removido pelo Grupo Oficina de Restauro Ltda, com acompanhamento e fiscalização do Iepha no ano de 2012 para restauração das pinturas artísticas existentes, entretanto permanecem armazenados no interior da igreja, de forma inadequada. Ainda há placa informativa na área externa da igreja.**

Internamente a Matriz possui alvenarias pintadas no tom branco e os ornamentos em madeira em azul claro.

O imóvel, de propriedade da Arquidiocese de Diamantina, possui proteção por Tombamento Municipal através do Decreto nº 024 de 15 de dezembro de 2009. Os documentos que compõem o Dossiê de Tombamento foram encaminhados ao IEPHA para obtenção dos recursos do ICMS Cultural nos exercícios de 2011 e 2013, sendo aprovado em 2013.



Figura 05 – Vista da fachada principal e do entorno.



Figura 06 – Fachada lateral e de fundos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 07 – Imagem interna da igreja onde se pode observar a tela de proteção instalada junto ao forro.



Figura 08 – Imagem interna da igreja a partir do coro.

O imóvel encontra-se em regular estado de conservação. Segundo informações recebidas, há limpeza constante do templo, entretanto foi verificado que locais pouco freqüentados acumulam bastante sujeira e servem de depósito de materiais pouco utilizados, como coro e espaço existente atrás do altar mór.

Estruturalmente, não foram verificados indícios que possam comprometer a estabilidade do imóvel. Verifica-se que alguns pés de esteios foram substituídos por sapatas em concreto.

As alvenarias foram pintadas recentemente, entretanto já apresentam algumas manchas de umidade.

As esquadrias apresentam-se com algumas peças de madeira comprometidas pelos insetos xilófagos e umidade e algumas apresentam vidros quebrados.

A cobertura apresenta telhas com bastante limo, algumas deslocadas, o que favorece a entrada de água no interior da edificação, comprometendo os materiais de acabamento existentes na área interna. Há sinais de oxidação da cobertura metálica da torre sineira. Os rufos instalados no encontro da cobertura das capelas laterais com a alvenaria encontram-se empenados e necessitam de revisão. Há colônia de insetos junto ao beiral esquerdo da edificação.

Conforme já dito anteriormente, o forro da capela mór foi removido pela empresa Oficina de Restauo com acompanhamento dos técnicos do Iepha, entretanto permanecem no interior do templo, armazenados de forma inadequada, sofrendo com o processo de degradação. Há pouca iluminação e ventilação naturais, o que favorece a proliferação de fungos e insetos xilófagos. A forma de acondicionamento com o empilhamento de peças também pode ocasionar danos ao acervo, com desgaste da pintura ou empenamento de peças.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Também há informação que elementos artísticos componentes do arco do cruzeiro foram removidos e encontram-se armazenados na casa paroquial.

Há trecho faltante da cimalha na lateral esquerda da capela mór e o forro existente junto à escada que leva à torre sineira encontra-se em péssimo estado de conservação.

Os retábulos laterais foram restaurados, encontrando-se em bom estado de conservação. O altar principal necessita de intervenção de restauração.

Percebe-se a presença de morcegos e pássaros no interior da igreja. Foi instalada proteção em tela junto ao forro da nave para evitar o acesso destes animais às áreas de uso público, entretanto esta intervenção descaracteriza o imóvel.

Há infestação de insetos xilófagos na maior parte dos elementos de madeira (piso, esquadrias, estrutura e elementos artísticos).

As instalações elétricas são precárias. Há grande quantidade de fiação aparente, em contato direto com elementos de madeira e com a umidade. Há vários pontos com emendas e há material combustível estocado no interior da edificação, expondo a edificação a riscos de incêndios.

O sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico é precário, havendo apenas um extintor de incêndio fora da validade e em local inadequado. Não há sistema de segurança. Há SPDA (sistema de proteção a descargas atmosféricas) improvisado, com presença de vegetação no condutor de aterramento.

A seguir, imagens da situação encontrada.



Figuras 09, 10 e 11 – Material armazenado debaixo da escada, e atrás do altar e sujeira dos animais.



Figuras 12 e 13 – Pés de esteio substituído por concreto.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 14 a 16 – Manchas de umidade nas alvenarias e beirais.



Figura 17 – Esquadria com vidros quebrados.

Figura 18 – Travas improvisadas.

Figura 19 – Manchas de umidade.



Figura 20 – Rufo empenado.

Figura 21 – Colônia de insetos.

Figura 22 – Cobertura da torre sineira oxidada.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 23 – Vista geral da cobertura.



Figura 24 – Forro junto à escada de acesso a torre sineira.



Figura 25 – Suporte do forro removido e cimalha faltante.



Figura 26 – Forro armazenado encoberto por lona preta.



Figuras 27 e 28 – Presença de insetos xilófagos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 29 e 30 – Fiação elétrica exposta, junto a elementos de madeira.



Figura 31 – Extintor em local inadequado.



Figura 32 – Vegetação junto ao condutor de aterramento.

5 – CONCLUSÕES

A Igreja Matriz de Santo Antônio, bem tombado pelo município, encontra-se em regular estado de conservação. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração³ da edificação por profissionais habilitados conforme DN 83/2008 do

³ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Confea e Lei nº 12378/2010⁴, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção municipal competente.

Como medidas emergenciais, sugere-se:

- Cobertura – Deverá ser feita revisão geral em todo madeiramento e telhas, com substituição das peças comprometidas pela ação do tempo, umidade e cupins, utilizando madeiras adequadas para este fim e de grande resistência e durabilidade. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas, evitando que as mesmas “escorram”. **Esta intervenção deverá ser realizada antes da instalação do forro, após restauração do mesmo.**
- Limpeza interna e externa do imóvel com remoção dos materiais inflamáveis armazenados no interior da edificação.
- Os materiais componentes do forro, que foi removido, deverão ser armazenados em local adequado, necessariamente arejado e iluminado, longe da umidade e sua restauração deverá ser realizada no menor espaço de tempo possível para evitar maiores danos aos elementos de madeira e pinturas decorativas. O mesmo deve ocorrer com os materiais componentes do arco do cruzeiro, armazenados na casa paroquial.

Além disso, sugere-se como principais medidas operativas:

- Solução dos problemas de umidade existentes. Após a solução dos problemas apresentados, deve-se proceder a nova pintura.
- Revisão nos elementos de drenagem de água, principalmente dos rufos e realização de pintura.
- Tratamento da cobertura metálica da torre sineira para prevenir oxidações.
- Imunização de todos os elementos de madeira com ataque de insetos xilófagos.
- Complementação do trecho faltante da cimalha na lateral esquerda da capela mór.
- Restauração dos demais elementos artísticos móveis e integrados que ainda não foram restaurados.
- Remoção da tela existente junto ao forro da nave, devendo ser estudada outra alternativa para evitar o acesso de pássaros e morcegos ao interior do templo.
- Recuperação das esquadrias, prevendo substituição dos elementos comprometidos e troca dos vidros quebrados.
- Deverão ser desenvolvidos projetos elétrico e hidráulico conforme normas da ABNT.
- Elaboração e instalação dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCIP).
- Adequação do sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existente.
- Instalação de sistema de segurança (sensores de presença, alarmes e câmeras de vigilância).
- Deverá ser previsto sistema de drenagem de águas pluviais eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação.

Nacional – IPHAN.

⁴ Regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Deverá ser previsto projeto paisagístico para o local, tanto no adro quanto na praça Santo Antônio.
- É desejável a instalação de iluminação noturna que, além de valorizar o bem, garanta maior segurança ao local.
- Após a restauração é necessário manter o uso do imóvel, de forma a se garantir sua manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito, a Carta de Atenas⁵ prevê:
A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico.
- Para toda e qualquer intervenção na Igreja ou em seu entorno, é necessária prévia análise e anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, uma vez que se trata de bem tombado pelo município. Sugere-se, ainda, busca de apoio técnico junto ao Iepha.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, este Setor Técnico coloca-se à disposição para outros esclarecimentos que se julgarem necessários.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2013.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Hebert Gerson Soares Júnior
Estagiário de Arquitetura

⁵A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.